

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A e empresas controladas

C.N.P.J. 07.450.604/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("CCB Brasil" ou "Banco") submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, juntamente com o relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações contábeis retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

Impactos da Pandemia Coronavírus - COVID-19

a) Contexto Geral
Considerando a pandemia mundial declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, relacionada ao novo Coronavírus - "COVID-19", que vem afetando e trazendo riscos à saúde pública e os inúmeros impactos na economia brasileira e mundial, o CCB Brasil adotou uma série de medidas, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, buscando minimizar ao máximo os eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus funcionários, familiares e parceiros nas áreas onde atua, bem como a continuidade regular das operações e dos negócios do Banco.

O Banco adotou medidas de contingência de forma a manter regularmente as operações, buscando preservar a saúde de seus profissionais, com acessos seguros aos locais de trabalho quando indispensável, em ambiente que preserve o distanciamento entre pessoas, higiene e proteção adequada. A maioria dos colaboradores está trabalhando em regime de home office. O CCB Brasil manteve seu quadro funcional, não dispensando pessoas em função dessa crise.

b) Impacto nos negócios do exercício de 2020

O CCB Brasil adotou medidas conservadoras em seu portfólio, fortificando um intenso monitoramento na carteira de créditos, e sobre clientes que poderiam ter impactos relevantes com a redução da atividade doméstica. A qualidade da carteira no segmento corporativo e em empresas médias contribuiu para o pouco efeito na deterioração da carteira corporativa, frente às expectativas de mercado, que representa 80% do portfólio. As principais medidas para contornar o grave impacto da crise foram o congelamento dos limites de crédito para avaliação dos impactos em respectivos setores econômicos; realização de comitês de créditos diariamente e início de monitoramento intensivo de todos os clientes com vencimentos até o final de 2020; adoção de critérios mais restritivos para concessão de novos créditos e concentração de esforços em segmentos menos impactados pela Covid, todos em linha com as resoluções 4.782 e 4.803 do Banco Central do Brasil - BACEN.

Baseado neste cenário, o CCB Brasil tomou uma postura conservadora e em abril de 2020 suspendeu preventivamente todos os novos desembolsos aos funcionários dos governos locais estaduais. Reduzimos também a idade máxima do cliente para concessão de crédito consignado e realizamos adequações nas políticas de concessão de crédito de varejo.

Os índices consolidados de *NPL (non performing loans)* compostos pela carteira de crédito classificada entre os níveis de risco D e H, continuam bem controlados, demonstrando positiva performance na qualidade da carteira corporativa. A carteira consolidada em 31 de dezembro de 2020 apresentou

4,9% de NPL, enquanto em 31 de dezembro de 2019 5,0%.

Além das medidas acima indicadas, o Banco vem analisando todas as novas diretrizes e políticas governamentais em resposta à pandemia.

Desempenho do Exercício

O ano de 2020 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que propunham elevar a qualidade e o volume dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.

Ao final do segundo semestre de 2020, as operações de crédito alcançaram R\$ 10.423,6 milhões, decréscimo de 1,5% na comparação com o ano precedente de 2019. A parcela dos créditos classificados com rating AA-C, (faixa dos créditos de menor risco), manteve-se estável ao mesmo período do ano anterior representando 95,1% do total da carteira (95,0% em dezembro 2019).

Em relação ao *Funding*, observamos um aumento de 30,2% da captação em reais em doze meses. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 5.555,1 milhões, aumento de 75,9% ante o ano anterior. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCAs, LFs e LCIs, somaram R\$ 693,2 milhões, decréscimo de 50,0% na comparação com 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, a Matriz representava 37,8% (39,4% em 2019) da captação total de R\$ 11.860,6 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido o CCB Brasil com *funding* adequado a manutenção da continuidade das suas atividades operacionais e aderente as condições das taxas de mercado. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 360 dias, têm sido sistematicamente renovados. O resultado bruto da intermediação financeira consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 alcançou R\$ 543,5 milhões, decréscimo ante o resultado obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, R\$ 628,1 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas de custeio que abrangem as despesas administrativas e de pessoal somaram R\$ 271,4 milhões, decréscimo de 16,5% na comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O prejuízo líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 475,9 milhões (2019 - prejuízo R\$ 4,7 mil) sendo que a parcela significativa foi decorrente da baixa de crédito tributário no montante de R\$ 394,2 milhões (R\$ 40,7 milhões em 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido consolidado alcançou R\$ 1.110,3 milhões e o índice de Basileia era de 15,31%.

Recursos Humanos e Pontos de Atendimentos

O Banco encerrou 2020 com 359 funcionários e nove pontos de atendimento.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2021).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO				
Em milhares de reais				
	Nota	Banco 2020	Banco 2019	Consolidado 2020
ATIVO				
Circulante e não Circulante				
Instrumentos Financeiros				
Disponibilidades		16.472.207	16.346.347	16.557.290
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.263.746	1.258.802	887.890
Títulos e valores mobiliários	6.b	4.884.623	4.790.396	4.884.623
Derivativos	7.f	98.570	425.125	98.570
Carteira de crédito e arrendamento mercantil	8	9.006.816	8.244.722	9.517.523
Operações de câmbio	9	1.075.652	1.506.955	1.075.652
Outros instrumentos financeiros	10	461.208	477.725	462.636
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	(486.903)	(451.043)	(538.163)
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	12	169.144	228.163	171.948
Custo		311.487	377.652	318.684
Provisão para redução ao valor recuperável		(142.343)	(149.489)	(146.736)
Investimentos		335.354	323.172	645
Participações societárias	13	334.710	322.528	—
Outros investimentos		644	644	645
Imobilizado		20.174	31.660	21.158
Custo		111.746	114.819	116.127
Depreciação acumulada		(90.063)	(81.650)	(93.460)
Provisão para redução ao valor recuperável		(1.509)	(1.509)	(1.509)
Ativo Intangível		1.970	2.867	1.988
Custo		22.306	20.877	129.686
Amortização acumulada		(20.336)	(18.010)	(127.698)
Ativos Fiscais		1.341.495	1.624.263	1.412.227
Impostos a compensar		10.741	23.623	31.925
Crédito tributário	14.a	950.092	1.219.978	999.640
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	14.b	380.662	380.662	380.662
Outros Ativos	15	65.081	79.683	76.200
Total do Ativo		18.405.425	18.636.155	18.241.456

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
Em milhares de reais				
	Capital realizado	Ações em tesouraria	Reservas de capital ágio na subscrição de ações	Outros resultados abrangentes
Saldos em 01 de janeiro de 2019	2.956.864	(55.105)	899	1.534.993
Outros resultados abrangentes	—	—	—	(1.954)
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	(1.653)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.956.864	(55.105)	899	266
Mutações do exercício	2.956.864	(55.105)	899	266
Outros resultados abrangentes	—	—	—	(4.833)
Prejuízo líquido do exercício	2.956.864	(55.105)	899	(460.497)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.956.864	(55.105)	899	104.608
Mutações do exercício	2.956.864	(55.105)	899	(18)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	(4.549)
Lucro líquido do semestre	—	—	—	62.665
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.956.864	(55.105)	899	(4.567)
Mutações do semestre	—	—	—	62.665

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
Em milhares de reais				
	2º semestre 2020	2020	2º semestre 2020	Consolidado Reapresentação 2019
Receitas da Intermediação Financeira	107.424	3.018.319	1.765.219	105.778
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	27	152.298	1.878.480	730.635
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	28	55.678	247.123	821.964
Resultado com derivativos	29	(29.644)	352.273	58.570
Resultado de câmbio	30	(70.908)	540.443	154.050
Despesas da Intermediação Financeira	32	96.341	(2.561.529)	(1.274.990)
Obrigações por empréstimos e repasses	32	187.784	(1.573.543)	(437.221)
Operações de captações no mercado	33	(114.738)	(282.398)	(579.848)
Instrumentos de dívida elegíveis à capital	34	28.611	(252.956)	(78.427)
Dívida subordinada	—	(438.896)	(153.278)	(438.896)
Outras despesas de intermediação financeira	31	(5.316)	(13.736)	(26.216)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da Perda Esperada ao Risco de Crédito	203.765	456.790	490.229	210.386
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	(197.106)	(398.734)	(120.814)
Resultado Líquido da Intermediação Financeira	6.659	58.056	369.415	20.298
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(56.962)	(259.410)	(467.549)	(98.804)
Receitas com prestação de serviços e tarifas	35	30.354	55.825	36.392
Despesas de pessoal	36	(75.728)	(147.882)	(182.836)
Outras despesas administrativas	37	(36.426)	(84.018)	(92.111)
Outras receitas operacionais	38	110.514	128.934	15.498
Outras despesas operacionais	39	(39.263)	(109.974)	(124.527)
Resultado de participações societárias	13	22.050	17.314	(19.619)
Provisão para passivos contingentes	22.a	(77.363)	(107.574)	(150.330)
Provisão para garantias prestadas	(100)	(12.035)	49.978	(100)
Resultado Operacional	(50.303)	(201.354)	(98.134)	(78.505)
Outras receitas (despesas) não operacionais	3.293	2.467	442	3.895
Provisão para imparidade de ativos não financeiros mantidos para venda	(10.901)	(40.278)	5.950	(10.452)
Resultado não Operacional	40	(7.608)	(37.811)	6.392
Resultado antes da Tributação	(57.911)	(239.165)	(91.742)	(85.063)
Imposto de renda e contribuição social	14.d	(5.888)	(5.888)	(12.275)
Impostos diferidos	14.d	126.464	(215.444)	102.364
Lucro (Prejuízo) do Semestre/Exercício	62.665	(460.497)	(1.653)	38.709

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
Em milhares de reais				
	2º semestre 2020	2020	2º semestre 2020	Consolidado 2019
Lucro (Prejuízo) do Semestre/Exercício	62.665	(460.497)	(1.653)	38.709
Outros Resultados Abrangentes que serão Reclassificados subsequentemente para Lucro (Prejuízo) Líquido	(4.549)	(4.833)	(1.954)	(4.549)
Títulos e Valores Mobiliários				
Disponíveis para Venda	(8.271)	(8.747)	(3.256)	(8.271)
Varição de valor justo	3.722	3.914	1.302	3.722
Crédito tributário	58.116	(465.330)	(3.607)	34.160
Resultado Abrangente do Semestre/Exercício	58.116	(465.330)	(3.607)	34.160

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS				
Em milhares de reais, exceto quando indicado				

1. Contexto operacional

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., ("CCB Brasil"), sediado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, São Paulo - SP, Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo CCB Brazil Financial Holding - Investimentos Participações Ltda., empresa integrante do grupo China Construction Bank Corporation, sediada na República Popular da China, autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: holding, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua em todo o território nacional nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de Factoring e Forfaiting.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil incluída a dependência no exterior, e as demonstrações contábeis consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e empresas controladas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN.

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 02/20 do BACEN, que revogou a Circular BACEN nº 3.959/19, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Estas Resoluções entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicáveis a partir desta data, abrangendo as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020. As referidas normas, entre outros requisitos, incluíram a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e evidenciada em nota explicativa, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes, conforme divulgado na nota 42.

Destaques que conforme opção prevista no Artigo 23 da Resolução BCB nº 02/20, o CCB Brasil optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas. Adicionalmente em decorrência da adoção da referida norma, os comparativos foram reclassificados conforme tabela abaixo:

	2019
De	Para
Disponibilidades	Disponibilidades
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Aplicações interfinanceiras de liquidez
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Títulos e valores mobiliários
Relações interfinanceiras	derivativos
Operações de crédito	Outros ativos
Operações de arrendamento mercantil	Carteira de crédito e arrendamento mercantil
Outros créditos	Outros ativos
Carteira de crédito e arrendamento mercantil	285.442
Operações de câmbio	1.506.955
Outros instrumentos financeiros	477.725
Crédito tributário	1.219.978
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	380.662
Impostos a compensar	23.623
Outros valores e bens	Outros ativos
Investimentos	Ativos não financeiros mantidos para Venda
Imobilizado de uso	Imobilizado
Intangível	Ativo intangível

	Nota	2020	Banco 2019	2020	Consolidado 2019
PASSIVO					
Circulante e não circulante					
Instrumentos Financeiros					
Captações no mercado	16	10.368.069	8.837.154	10.113.956	8.578.161
Obrigações por empréstimos e repasses	17	4.352.900	4.798.031	4.352.900	4.798.031
Derivativos	7.f	82.233	14.890	82.233	14.890
Operações de câmbio	9	112.856	17.768	112.856	17.768
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	18	892.897	692.555	892.897	692.555
Dívida subordinada	19	—	1.110.499	—	1.110.499
Outros instrumentos financeiros	20	62.609	116.619	8.952	6.958
Provisões	21	1.084.874	1.010.406	1.131.744	1.054.932
Obrigações Fiscais		283.338	350.897	332.355	405.133
Impostos correntes		18.173	27.876	28.191	32.195
Impostos diferidos	14.c	182.883	241.382	221.882	290.799
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	14.b	82.282	82.139	82.282	82.139
Outras Obrigações	24	99.593	155.950	103.285	177.905
Total do Passivo		17.339.369	17.104.769	17.131.178	16.856.832
Patrimônio Líquido					
Capital social	25.a	2.956.864	2.956.864	2.956.864	2.956.864
Ações em tesouraria	25.b	(55.105)	(55.105)	(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados	(1.832.035)	(1.371.538)	(1.787.813)	(1.311.935)	
Reservas de capital	899	899	899	899	899
Outros resultados abrangentes	(4.567)	266	(4.567)	266	
Total do Patrimônio Líquido		1.066.056	1.531.386	1.110.278	1.590.989
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		18.405.425	18.636.155	18.241.456	18.447.821

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA						
EXERCÍCIOS E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO						
Em milhares de reais						
		Banco			Consolidado	
		2º semestre		2º semestre		
	Nota	2020	2019	2020	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais						
Lucro (Prejuízo) do Semestre/Exercício		62.665	(460.497)	(1.653)	38.709	(475.878)
Ajustes ao Resultado		(21.680)	550.610	(36.281)	(11.248)	601.506
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	197.106	398.734	120.814	190.088	382.871
Provisão para passivos contingentes	22.a	77.363	107.574	150.330	79.575	117.079
Reversão para empréstimos vinculados a operações de crédito	32	12.544	(31.948)	(50.902)	12.544	(31.948)
Empréstimos baixados Resolução 2.921/02	17	(173.448)	(173.448)	—	(173.448)	—
Outras provisões operacionais		11.001	52.313	(73.974)	10.552	55.453
Depreciação e amortização	37	16.720	16.009	22.742	6.073	16.721
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	14	(126.464)	215.444	(102.364)	(132.881)	252.432
Resultado de participações societárias	13	(22.050)	(17.314)	19.619	301	230
Perda na venda de tangível		(2.350)	(1)	7	(2.350)	(1)
Perda (Ganho) na venda de ativos disponíveis para venda	40	(1.596)	(2.923)	497	(2.196)	(4.053)
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		494	(13.830)	(123.050)	494	(13.830)
Lucro Ajustado		40.985	90.113	(37.934)	27.461	125.628
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		207.613	384.418	193.396	(96)	(82)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários		(25.029)	(102.974)	4.404.201	(15.245)	(91.991)
Redução em instrumentos financeiros derivativos		5.642	393.899	13.304	5.642	393.899
(Aumento) redução na carteira de crédito e de arrendamento mercantil		1.396.371	(1.124.968)	(1.252.998)	1.595.642	(829.660)
(Aumento) redução em carteira de câmbio - Ativo		1.201.199	431.303	(355.540)	1.201.199	431.303
Aumento (redução) em carteira de câmbio - Passivo		(363.624)	95.088	(26.228)	(363.624)	95.088
(Aumento) em outros instrumentos financeiros - Ativo		(379.121)	(596.030)	(238.495)	(457.765)	(755.052)
Aumento (redução) em captação no mercado		(2.053.504)	1.530.915	(2.824.063)	(2.067.843)	1.535.795
Imposto de renda e Contribuição social pagos		—	—	—	(2.839)	(5.488)
Pagamento de juros		(19.949)	(150.980)	(370.811)	(19.949)	(150.980)
Pagamento de contingências	22.a	(22.482)	(38.785)	(37.471)	(26.319)	(43.699)
Recobramento de juros		384.578	640.779	224.239	457.624	793.958
(Redução) aumento em outras obrigações		(40.088)	(71.916)	91.257	(34.973)	(81.741)
(Redução) aumento em outros instrumentos financeiros - Passivo		(25.076)	(54.010)	(81.300)	4.932	1.994
Caixa Líquido Originado (Utilizado) em Atividades Operacionais		307.715	1.426.852	(293.443)	304.047	1.418.973
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento						
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda		15.087	21.664	19.709	18.678	29.453
Aquisição e alienação de imobilizado de uso		2.223	2.188	(762)	2.223	2.188
Aplicação no intangível		(842)	(1.429)	(1.693)	(841)	(1.428)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		—	—	16.000	—	—
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimentos		16.468	22.423	33.254	20.060	30.213
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento						
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		8.236.899	19.867.590	17.811.752	8.236.899	19.867.590
Aumento (redução) em dividas subordinadas		—	(1.110.499)	(353.530)	—	(1.110.499)
Aumento em instrumento de dívida elegíveis a capital		(63.322)	200.342	77.765	(63.322)	200.342
Pagamento de empréstimos		(10.006.492)	(19.956.346)	(19.678.273)	(10.006.492)	(19.956.346)
Caixa Líquido Utilizado em Atividades de Financiamento		(1.832.915)	998.931	(2.142.286)	(1.832.915)	(998.931)
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.508.732)	450.362	(2,402.475)	(1,508.808)	450.273
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	2,560.085	596.918	2,868.087	2,560.220	596.815
Varição cambial sobre caixa e equivalente de caixa		(494)	13.830	123.050	(494)	13.830
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4	1,050.854	1,050.854	586.662	1,050.918	1,050.918
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa		(1,508.732)	450.362	(2,402.475)	(1,508.808)	450.273
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.						

Nível de risco	BANCO			CONSOLIDADO		
	Base de cálculo	% (*)	Provisão	Base de cálculo	% (*)	Provisão
AA	3.082.405	31,66	—	3.184.922	30,10	—
A	3.862.861	39,68	19.314	4.485.503	42,39	22.427
B	2.268.573	23,30	22.886	2.281.420	21,56	22.814
C	94.340	0,97	2.830	98.457	0,93	2.953
D	1.159	0,01	118	2.036	0,02	204
E	5.375	0,06	1.613	6.140	0,06	1.842
F	9.190	0,09	4.595	11.071	0,10	5.536
G	41.138	0,42	28.796	52.501	0,50	36.751
H	371.093	3,81	371.093	459.196	4,34	459.196
Total	9.736.134	100	451.043	10.581.246	100	551.723

(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

e) Níveis de concentração de risco

	CONSOLIDADO		
	2020	2019	
	R\$	%	R\$
Maior devedor	194.612	1,87	289.093
10 Maiores devedores	1.665.243	15,98	2.046.675
100 Maiores devedores	6.644.517	63,74	6.471.036

f) Operações vinculadas a cessão
f1) Cessão de crédito interbancário
Em exercícios anteriores aos apresentados foram realizadas operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos. As referidas cessões estão classificadas na categoria de "operações com retenção substancial de risco e benefícios" e apresentam o saldo de R\$ 50.065 (Dezembro/19 - R\$ 101.332), e o valor registrado com obrigações por operações de crédito vinculadas à cessão é de R\$ 53.657 (Dezembro/19 - R\$ 109.662). A despesa com obrigações vinculadas registrada no exercício foi de R\$ 16.670 (Dezembro/19 - R\$ 29.752), que se encontram na rubrica da Demonstração de Resultado "Outras despesas de intermediação financeira" (nota 31), decorrentes da apropriação "pro rata temporis" pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução CMN nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

9. Operações de câmbio

	BANCO E CONSOLIDADO		2020		2019	
Ativo						
Câmbio comprado a liquidar			1.008.455	1.484.340		
Direitos sobre vendas de câmbio			47.941	11.719		
Rendas a receber de adiantamentos concedidos			21.152	13.462		
Adiantamentos recebidos em moeda nacional			(1.896)	(2.599)		
Total			1.075.652	1.506.955		
Circulante			1.075.652	1.506.955		
Total			1.075.652	1.506.955		
Passivo						
Obrigações por compras de câmbio			936.073	1.484.093		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio			(884.923)	(1.477.950)		
Câmbio vendido a liquidar			61.706	11.625		
Total			112.856	17.768		
Circulante			112.856	17.768		
Total			112.856	17.768		

10. Outros instrumentos financeiros - ativo

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Devedores por depósitos em garantia (nota 22.a)	424.305	437.366	430.899	443.444
Rendas a receber	24.250	24.931	14.750	16.410
Títulos e créditos a receber	7.313	9.272	11.647	12.421
Negociação e intermediação de valores	5.340	6.156	5.340	6.156
Total	461.208	477.725	462.636	478.431
Circulante	28.181	31.074	18.682	23.193
Não circulante	433.027	446.651	443.954	455.238
Total	461.208	477.725	462.636	478.431

11. Provisão para perda esperada ao risco de crédito

	BANCO			CONSOLIDADO		
	2º semestre 2020	2020	2019	2º semestre 2020	2020	2019
Saldo inicial	480.808	451.043	469.025	554.735	551.723	539.934
Constituição/reversão de provisão para créditos do exercício	197.106	398.734	120.814	190.088	382.871	212.930
Subtotal	677.914	849.777	589.839	744.823	934.594	752.864
Bens para prejuízo	(191.011)	(362.874)	(138.796)	(206.600)	(334.431)	(201.141)
Saldo final	486.903	486.903	451.043	538.163	538.163	551.723
Recuperação de créditos baixados	6.945	6.945	31.615	19.159	34.942	51.730
Percentual da provisão sobre carteira	4,91	4,91	4,63	5,16	5,16	5,21
Circulante	225.281	225.281	226.288	258.559	258.559	289.145
Não circulante	261.622	261.622	224.755	279.604	279.604	262.578
Saldo final	486.903	486.903	451.043	538.163	538.163	551.723

Em 31 de dezembro de 2020 a carteira de contratos renegotiados apresentou um saldo de R\$ 1.458.542 (Dezembro/19 - R\$ 268.492) no Banco e R\$ 1.654.395 (Dezembro/19 - R\$ 516.695) no Consolidado e um saldo de provisão para os créditos renegotiados de R\$ 116.062 (Dezembro/19 - R\$ 231.262) no Banco e R\$ 133.411 (Dezembro/19 - R\$ 253.899) no Consolidado.

12. Ativos não financeiros mantidos para venda

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Imóveis	292.825	348.666	295.465	351.306
Máquinas e equipamentos	16.808	26.869	17.053	27.114
Veículos e afins	1.230	1.488	5.542	7.659
Aeronaves	—	—	—	5.900
Outros	624	629	624	629
Subtotal	311.487	377.652	318.694	392.608
Provisão para redução ao valor recuperável	(142.343)	(149.489)	(146.736)	(157.382)
Total	169.144	228.163	171.948	235.226

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Realização dos Créditos Tributários	2020
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2020
Ano	145.825	65.219	91.178	75.415	192.046	34.723	3.741	950.092
Projetado	142.966	62.687	85.919	69.671	173.942	30.833	3.257	849.807
Valor Presente (*)	15,3%	6,9%	9,6%	7,9%	20,2%	3,7%	0,4%	100%

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

	2020	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Realização dos Créditos Tributários	2019
	2020	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2020
Ano	59.475	145.720	163.931	176.905	96.535	48.639	53.792	59.585	67.906	347.117	1.219.978
Projetado	56.778	132.804	142.626	146.935	76.545	36.818	38.872	41.363	44.722	218.241	935.704
Valor Presente (*)	4,9%	11,9%	13,4%	14,5%	7,9%	4,0%	4,4%	4,9%	5,6%	28,5%	100,0%

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Realização dos Créditos Tributários	2020
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2020
Ano	157.028	76.969	101.850	76.937	194.416	35.369	3.771	995.640
Projetado	153.949	73.980	95.976	71.078	178.009	31.407	3.283	895.610
Valor Presente (*)	15,7%	7,7%	10,2%	7,7%	19,5%	3,5%	0,4%	100,0%

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Realização dos Créditos Tributários	2019
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2020
Ano	86.582	168.584	176.533	179.194	100.501	52.416	59.152	67.450	1.318.325
Projetado	82.656	153.641	153.590	148.836	79.690	39.677	42.745	46.532	1.018.520
Valor Presente (*)	6,6%	12,8%	13,4%	13,6%	7,6%	4,0%	4,5%	5,4%	100,0%

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Além da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Resolução CMN nº 3.059/02, estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2016, 2017 e 2018.

A Administração apresentou ao Banco Central do Brasil novo estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15 do BACEN, requerendo a aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários, para os quais o Banco possui a expectativa de realização em até 10 anos, que resultou na aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, no valor total de R\$ 1.084.845 (Dezembro/19 - R\$ 773.991) e R\$ 1.110.817 no Consolidado (Dezembro/19 - R\$ 773.991), o lado de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e contingências fiscais no montante de R\$ 123.799 no Banco e Consolidado, para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059/02 de até 10 anos.

b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o exercício de 2020 o Banco recuperou R\$ 317 (Dezembro/19 - R\$ 830), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 143 (Dezembro/19 - R\$ 9.459), foram registrados em Impostos diferidos, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pelo CCB Brasil, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundas de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	2020	2019
	390.662	390.662
Crédito Presumido Constituído	(82.282)	(82.139)
Passivo Fiscal Diferido	—	—

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de Renda				
Empréstimos vinculados (Resolução nº 2.921)	112.373	—	(33.783)	78.590
Atualização monetária de depósitos judiciais	19.048	—	1.830	20.878
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	2.692	(112)	(447)	2.133
Hedge Accounting	—	—	—	18.805
Superveniência de Depreciação	—	—	—	4.779
Subtotal Imposto de Renda	134.113	(112)	(32.400)	101.601
Contribuição Social				
Empréstimos vinculados (Resolução nº 2.921)	89.898	—	(27.026)	62.872
Atualização monetária de depósitos judiciais	15.239	—	1.464	16.703
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	2.132	(65)	(360)	1.707
Hedge Accounting	—	—	—	15.044
Subtotal Contribuição Social	107.269	(65)	(25.922)	81.282
Total impostos diferidos	241.382	(177)	(58.322)	182.883
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	82.139	—	143	82.282
Total	323.521	(177)	(58.179)	265.165

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2018	2019	2020	2019
Imposto de Renda				
Empréstimos vinculados (Resolução nº 2.921)	99.648	—	12.725	112.373
Atualização monetária de depósitos judiciais	15.685	—	3.363	19.048
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	7.234	111	(4.653)	2.692
Hedge Accounting	—	—	—	25.611
Superveniência de Depreciação	—	—	—	2.992
Subtotal Imposto de Renda	122.567	111	11.435	134.113
Contribuição Social				
Empréstimos vinculados (Resolução nº 2.921)	59.788	—	30.110	89.898
Atualização monetária de depósitos judiciais	9.411	—	5.828	15.239
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	4.341	66	(2.275)	2.132
Hedge Accounting	—	—	—	20.489
Subtotal Contribuição Social	73.540	66	33.663	107.269
Total impostos diferidos	196.107	177	45.098	241.382
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	78.982	—	3.157	82.139
Total	275.089	177	48.255	323.521

13. Participações societárias

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

Nome da empresa	2020			2019		
	Número ações/cotas % possuídas	% participação	Patrimônio líquido	Lucro/Resultado de equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
CCB Brasil Arrendamento	180.920.168	100%	267.243	3.888	3.888	267.243
Mercantil S.A.	—	—	—	—	—	—
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.223.228	100%	21.068	237	237	21.068
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	3.670.000	100%	7.985	(1.205)	(1.205)	7.985
CCB Brasil S.A. - CFI (*)	116.405.774	100%	37.634	16.014	14.622	37.634
Subtotal	—	—	—	—	—	—
Brasileiros S.A. - CFI (*)	62.931	50%	(4.692)	(460)	(230)	(2.346)
Total	—	—	—	—	—	—

(*) No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ - (Dezembro/19 - R\$ 4.383), apurado na aquisição da CCB Brasil S.A. - CFI, reclassificado para o Intangível no consolidado. Adicionalmente, contempla ajuste no valor do investimento registrado em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial do Banco no 1º semestre de 2020 no montante de R\$ 1.392, reconhecido pela CCB Brasil S.A. - CFI no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. (**) Em decorrência do Patrimônio Líquido da Brasileiros S.A., apresentar saldo devedor, o montante equivalente à participação do Banco está registrado em Outras obrigações.

14. Ativos e obrigações fiscais

a) Créditos tributários diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais, apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2019	2020	2019	2020
Imposto de Renda				
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	195.229	—	(30.033)	110.949
Provisão para desvalorização de bens não de uso	37.372	—	(12.594)	—
Provisão para contingências e outras	267.084	2.076	(64.235)	53.327
Subtotal	499.685	2.076	(106.862)	164

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em milhares de reais, exceto quando indicado

90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no artigo 44 da Lei nº 4.506/84, no artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no artigo 226 do Decreto nº 1.041/94, pois transitiu em julgado decisão desfavorável e com a respectiva conversão em renda da União do depósito judicial.

ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 - valor envolvido R\$ 1.315 (Dezembro/19 - R\$ 1.336) no Banco e Consolidado; pleiteia a desconstituição de lançamento do débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS - Participação nos Lucros dos Administradores - valor envolvido R\$ 59.182 (Dezembro/19 - R\$ -) no Banco e Consolidado; pleiteia a desconstituição de suposto débito de INSS, incidente sobre a participação nos lucros dos administradores, relativo aos períodos-base de 2009 a 2011, lançados através do Auto de Infrção, em virtude de não incidir essa contribuição sobre participação nos lucros nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor envolvido foi depositado em juízo.

Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Descrição	BANCO CONSOLIDADO				
	2019	Adição	Rever-Atuali-são	Atuali-zação	2020
Cíveis (*)	224.360	41.372	(74.774)	9.575	(12.608)
Trabalhistas	80.133	36.021	(654)	(6.898)	108.602
Subtotal	304.493	77.393	(75.428)	9.575	(19.506)

Fiscais e previdenciárias	BANCO CONSOLIDADO				
	2019	Adição	Rever-Atuali-são	Atuali-zação	2020
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	18.925	-	-	307	(19.232)
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	87.676	-	-	1.362	-
IRPJ/CSLL PDD 1994	-	26.625	-	144	-
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	539.911	-	-	8.388	-
ISS - Serviços Não Tributados LC nº 56/87	1.336	-	-	(21)	47
INSS Administradores - Exercícios 2009 a 2011	-	59.182	-	-	59.182
Subtotal	647.848	85.807	(21)	10.248	(19.279)
Total	952.341	163.200	(75.449)	19.823	(38.785)

(*) Durante o primeiro semestre de 2020, o Banco reverteu provisão para contingência relacionada a garantia prestada no montante de R\$ 68.314, que devido a decisão desfavorável, e consequentemente pagamento, foi reclassificada para carteira de crédito como garantia honrada, totalmente provisionada segundo critérios estabelecidos pela Resolução 2.682 (nota 8a).

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 - Outros instrumentos financeiros - Ativo), um total de R\$ 422.473 no Banco sendo R\$ 98.941 - processos cíveis, R\$ 20.687 - processos trabalhistas e R\$ 302.845 - processos fiscais e um total de R\$ 428.915 no Consolidado, sendo R\$ 108.368 - processos cíveis, R\$ 22.365 - processos trabalhistas e R\$ 307.392 - processos fiscais.

Descrição	BANCO CONSOLIDADO				
	2018	Adição	Reversão	Atuali-zação	2019
Cíveis	152.028	83.928	(7.779)	5.943	(9.760)
Trabalhistas	54.991	6.470	(3.611)	26.974	4.661
Subtotal	207.019	90.398	(11.390)	32.917	(14.451)

Fiscais e previdenciárias	BANCO CONSOLIDADO				
	2018	Adição	Reversão	Atuali-zação	2019
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	18.275	-	-	650	-
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	84.928	-	-	2.748	-
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	522.987	-	-	16.924	-
ISS - Serviços Não Tributados LC nº 56/87	1.272	-	-	64	-
Subtotal	627.462	-	-	20.386	647.848

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 - Outros instrumentos financeiros - Ativo) um total de R\$ 437.366 no Banco sendo R\$ 108.867 - processos cíveis, R\$ 19.768 - processos trabalhistas e R\$ 308.731 - processos fiscais e um total de R\$ 443.444 no Consolidado, sendo R\$ 109.056 - processos cíveis, R\$ 22.775 - processos trabalhistas e R\$ 311.613 - processos fiscais.

b) Processos classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo CCB Brasil e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

Processos fiscais e previdenciários
ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 - valor envolvido R\$ 24.085 (Dezembro/19 - R\$ 23.094) no Banco e Consolidado; pleiteia a desconstituição de lançamento do débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior - valor envolvido R\$ 14.440 (Dezembro/19 - R\$ 14.229); pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do artigo 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares nº 2.269/92 e 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

IRPJ/2008 - valor envolvido R\$ 20.461 (Dezembro/19 - R\$ 20.071) no Banco e Consolidado; aguardando homologação da adesão ao parcelamento da Lei nº 12.996/14 (REFIS da COPA), cuja análise do RQA - Requerimento de Quitação Antecipada (artigo 33 da Lei nº 13.043/14) está suspensa aguardando o julgamento das glosas dos prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL dos anos de 2012 e 2014 (vide IRPJ/CSLL).

INSS - Participação nos Lucros dos Administradores - valor envolvido R\$ 68.248 (Dezembro/19 - R\$ 124.376) no Banco e Consolidado; pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS relativo aos períodos-base de 2006 a 2008 e 2012, lançados através de Auto de Infrção, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo no Banco e Consolidado R\$ 39.425 (Dezembro/19 - R\$ 90.048).

IRPJ/CSLL - valor envolvido R\$ 168.154 (Dezembro/19 - R\$ 168.154) no Banco e Consolidado; pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012 e 2014, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

Imposto de Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - valor envolvido R\$ 1.515 (Dezembro/19 - R\$ 1.485) no Banco e Consolidado; CCB Brasil como responsável solidário, pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de IRRF/IOF sobre sete operações de câmbio para remessas de divisas ao exterior.

IOF sobre Cessão de Crédito - valor envolvido R\$ 2.627 (Dezembro/19 - R\$ 2.578) no Banco e Consolidado; pleiteia a desconstituição de lançamento de débito do IOF sobre suposta incidência nos contratos de cessão de crédito com coobrigação, relativo ao período de 03/2014 a 12/2014, por suposto descumprimento do Decreto nº 6.306/07.

Compensação Não Homologada - valor envolvido R\$ 4.198 no Banco (Dezembro/19 - R\$ 4.117) e R\$ 4.918 no Consolidado (Dezembro/19 - R\$ 4.388); pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indêvido.

Processos trabalhistas

No Conglomerado existem processos, que estão classificados como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 24.017 (Dezembro/19 - R\$ 9.204) no Banco e de R\$ 27.705 (Dezembro/19 - R\$ 12.019) no Consolidado. As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Conglomerado possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 232.996 (Dezembro/19 - R\$ 205.396) no Banco e R\$ 272.098 (Dezembro/19 - R\$ 229.628) no Consolidado. As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

23. Avais e fianças

Descrição	BANCO E CONSOLIDADO			
	2020	2019	Valores Garantidos	Provisões
Avais ou fianças em processos judiciais	-	-	-	-
A administração de natureza fiscal	747.482	24.699	768.907	12.657
Fianças pagamentos	435.323	339	503.970	337
Fianças performance	28.188	98	103.184	107
Fianças bancárias	42.400	-	43.101	-
Outras fianças	12.116	-	27.773	-
Total	1.265.509	25.136	1.446.935	13.101
Não circulante	1.265.509	25.136	1.446.935	13.101
Total	1.265.509	25.136	1.446.935	13.101

As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ - (Dezembro/19 - R\$ 16.789) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 8a).

24. Outras obrigações

Descrição	BANCO E CONSOLIDADO			
	2020	2019	Valores Garantidos	Provisões
Creddores diversos - país	41.985	41.990	44.785	63.945
Sociais e estatutárias	14.306	27.354	15.204	27.354
Relações interdependências	29.674	66.006	29.674	66.006
Resultados de exercícios futuros	13.622	20.600	13.622	20.600
Valores a pagar a sociedades ligadas	6	-	-	-
Total	99.593	155.950	103.285	177.905
Circulante	85.971	135.350	89.663	157.305
Não Circulante	13.622	20.600	13.622	20.600
Total	99.593	155.950	103.285	177.905

25. Patrimônio líquido

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

a) Capital Social

Acionista	BANCO E CONSOLIDADO			
	2020	2019	Ordinárias	Preferenciais
CCB Brazil	-	-	-	-
Financial Holding	-	-	-	-
Investimentos	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908
Total de ações	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908
Total Realizável	1.887.438	1.069.426	2.956.864	1.887.438

b) Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 corresponde a 6.398.518 (Dezembro/19 - 6.398.518) ações preferenciais no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/19 - R\$ 55.105).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

26. Partes relacionadas

a) Partes relacionadas
O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

Disponibilidades em moedas estrangeiras	BANCO E CONSOLIDADO			
	2020	2019	Ativos/passivos	Receitas/despesas
China Construction Bank Corporation (d)	30.418	16.680	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez em depósitos interfinanceiros - CDI	375.856	760.356	29.121	83.696
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	375.856	760.356	29.121	83.696
Cotas de Fundo de Investimentos	83.674	81.088	2.586	3.880
FIDC Brasilifort (b)	83.674	81.088	2.586	3.880
Prestação de serviços	20	20	164	145
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	20	20	164	145
Valores a receber sociedade ligadas	4	-	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	4	-	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	43	-	-	-
Outras obrigações - Renda a Receber	9.420	8.500	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	9.420	8.500	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	56	-	-	-
Depósitos à vista	(2.186)	(1.673)	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(42)	(42)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(82)	(120)	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(2)	(2)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(182)	(161)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(1.464)	(851)	-	-
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1)	-	-	-
Brasilifort S.A. (f)	(1)	(1)	-	-

	Ativos/passivos		Receitas/despesas	
	2020	2019	2020	2019
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(107)	(169)	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(305)	(327)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(213.265)	(229.954)	(3.293)	(11.604)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(21.246)	(21.003)	(566)	(1.211)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(192.379)	(208.951)	(2.727)	(10.393)
Depósitos a prazo	(93.947)	(209.218)	(5.023)	(10.921)
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(738)	(748)	(22)	(43)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(1.684)	(386)	(75)	(155)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1.647)	(1.653)	(45)	(94)
Brasilifort S.A. (f)	(2.543)	(219)	(64)	(9)
FIDC Brasilifort (b)	(4.180)	(10.669)	(807)	(475)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(77.011)	(195.222)	(4.002)	(10.127)
Pessoal-chave da Administração (c)	(144)	(321)	(8)	(18)
Operações compromissadas	(34.644)	(25.051)	(778)	(2.267)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(29.542)	(5.991)	(313)	(415)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(3.050)	(12.482)	(361)	(789)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(2.052)	(6.578)	(104)	(1.063)
LCA	(7.007)	(3.537)	(138)	(125)
Pessoal-chave da Administração (c)	(7.007)	(3.537)	(138)	(125)
LCI	-	(1.850)	(21)	(80)
Pessoal-chave da Administração (c)	-	(1.850)	(21)	(80)
NDF	1.851	535	3.830	282
Brasilifort S.A. (f)	1.851	535	3.830	282
Obrigações por empréstimos	(3.592.447)	(3.812.733)	(98.625)	(176.637)
China Construction Bank Corporation (d)	(3.592.447)	(3.812.733)	(98.625)	(176.637)

Resolução nº 3.539/08	BANCO		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019
Obrigações por vendas de ativos financeiros -	(53.657)	(109.862)	(16.670)	(29.752)
Resolução nº 3.539/08	(53.657)	(109.862)	(16.670)	(29.752)
Valores a pagar sociedade ligadas	(6)	-	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(6)	-	-	-
Repasse cessão de crédito	(122)	-	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(122)	-	-	-

A saber:

(a) Controladas e Coligadas - direta

(b) Controladas e Coligadas - indireta

(c) Pessoal-chave da Administração

(d) Controlador indireto sediado no exterior

(e) Controladora direta

(f) Controlada em conjunto (*joint venture*)

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de -% (Dezembro/19 - 105%) e as pré-fixadas às taxas médias de 4,66% a.a. (Dezembro/19 - 5,63% a.a.); as operações compromissadas pré-fixadas foram realizadas às taxas médias de 1,90% a.a. (Dezembro/19 - 4,40% a.a.) e possuem vencimento em 04 de janeiro de 2021 (Dezembro/19 - 02 de janeiro de 2020), com lastro de até 01 ano (Dezembro/19 - até 02 anos), as pós-fixadas são valorizadas a taxa média de 100% do CDI (Dezembro/19 - 100%) e possuem venc

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS			
Em milhares de reais, exceto quando indicado			

Carteira Banking - premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	basis points	basis points	basis points
Dólar à Vista	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para a carteira Banking. Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira Banking - resultados para os fatores de risco em 2020			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(133.306.573)	(333.085.553)	(532.650.425)
Taxa Prefixada em Reais	(29.756.012)	(72.501.871)	(138.939.490)
Inflação	(3.000)	(7.477)	(14.881)
Perda Total	(163.065.585)	(405.594.901)	(671.604.796)

Carteira Trading - resultados para os fatores de risco em 2020			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(49.307)	(132.187)	(294.186)
Taxa Prefixada em Reais	(16.616.900)	(41.525.826)	(82.996.737)
Perda Total	(16.666.207)	(41.658.013)	(83.290.923)

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte-americano e da taxa de juros em dólares.
- Taxa pré-fixada em real - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.
- Ações e índices - Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- Inflação - Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado. A contabilização dos instrumentos da carteira "Banking", em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que difere dos instrumentos financeiros derivativos da carteira "Trading" que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente à carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nessa carteira, o quadro gerencial abaixo – que inclui derivativos, ativos e outros – aponta os descaamentos das operações da Instituição. Nele se verifica que há um descaamento substancial das posições pré-fixadas, que dariam um impacto negativo nos resultados, caso houvesse aumento das taxas de juros. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contraz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

Gestão de Capital

A gestão de risco e suficiência de Capital do CCB Brasil adota, dentre outros, elementos básicos de análise, como o entendimento e identificação dos riscos inerentes às suas atividades consubstanciadas em política de gestão de Capital e Liquidez, avaliação da necessidade de capital para os riscos mais relevantes; desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional; plano de Capital e Contingência, e Orçamento estratégico. É realizado por meio de métricas quantitativas que incluem modelos e recomendações do Banco Central do Brasil, sob perspectivas e conceitos de Basileia III. O acompanhamento e monitoramento deste gerenciamento é contínuo pelo Comitê de Riscos, avaliado pelo Conselho de Administração no Brasil, pela Matriz (Head Office) e regularmente reportado ao BACEN. Este arcabouço está embasado nas diretrizes impostas pela Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos e de Capital e a política de

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente:	Xilai Feng
Membros do Conselho:	Fanggen Liu
	Liping Shang
	Daniel Joseph McQuoid
	Heraldo Gilberto de Oliveira

divulgação de informações. Destacam-se na resolução a obrigatoriedade de criação nos bancos de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição de uma Declaração de Apetite a Riscos, conhecida por RAS ("Risk Appetite Statement"), de programas de testes de estresse, a da constituição do Comitê de Riscos, dentre outras.

Dentre as medidas adotadas para enfrentamento da crise trazida pela pandemia da Covid-19 em 2020, e a fim de proporcionar maior estabilidade para o sistema financeiro nacional, o Bacen lançou uma série de ações contingenciais, tais como a redução de adicional de recolhimento sobre depósitos compulsórios, a dispensa de provisionamento para operações de crédito renegociadas, a opção de captação de recursos pelas Instituições Financeiras por meio dos depósitos a prazo com garantias especiais "NDPGE", dentre outras.

Neste sentido, a Resolução CMN nº 4.783/20 estabeleceu a redução da alíquota do adicional de conservação de capital principal (ACPC) de 2,5% para 1,25% pelo período de um ano, com revisão gradual até março 2022 também com objetivo de melhorar a capacidade das Instituições de alavancar ativos e empréstimos.

Requerimentos Bacen

Índice de Capital Principal 5,75% 7,0%

Índice de Capital de Nível 1 7,25% 8,5%

Índice de Basileia (PR total) 9,25% 10,5%

A Razão de Alavancagem (RA) é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN nº 3.748. Trata-se de uma medida simples de alavancagem não sensível a risco e não leva em consideração os Fatores de Ponderação de Risco (FPR) ou mitigações consideradas no RWA. Não é requerido para bancos do Grupo S3, mas é apurado para fins de monitoramento de RAS e se constitui num bom indicador da relação capital X ativos de uma instituição.

As tabelas apresentadas a seguir exibem os principais indicadores de capital apurados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e os estabelecidos em Política de RAS para 2020 - com revisão prevista para um ano ou a qualquer momento em que a circunstância requiera.

Observa-se que os índices de capitalização e alavancagem atendem em patamar de conforto a todos os requerimentos mínimos, apresentando espaço para crescimento de ativos em 2020.

	2020	2019
Em R\$ Mil		
Capital Nível 1	1.422.085	1.449.867
- Capital Principal	1.058.316	1.167.718
- Perpetual Bonds	363.769	282.149
Capital Nível 2	423.302	410.406
Patrimônio de Referência	1.845.387	1.860.273
- RWACpad	10.453.127	10.971.819
- RWAMPad	152.154	177.335
- RWAOPad	1.447.455	1.292.803
Total RWA	12.052.736	12.441.957
- IRRBB	184.713	241.597

Índices

Capital Principal	8,78%	9,39%
Nível 1	11,80%	11,65%
Índice de Basileia	15,31%	14,95%
IB para RWA + IRRBB	12,85%	12,03%

O artigo 13 da Resolução CMN nº 4.193/20 determina que as instituições devam manter Capital suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB), tratando-o porém como um requerimento adicional de capital, sem incluí-lo na definição de RWA (artigo 3º da Resolução CMN nº 4.193/20). No CCB Brasil, o limite para IRRBB é definido em R\$ na declaração de apetite a Riscos e tem representado em média 3 pontos no indicador de capitalização, como demonstrado no quadro anterior.

42. Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do CCB Brasil e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Podendo ser assim demonstrados:

	2020	2019
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente

Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da perda esperada ao risco de crédito (a)	456.790	-	318.816	171.413
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	(398.734)	-	(120.814)	-
Resultado Líquido da Intermediação Financeira	58.056	-	198.002	171.413
Outras Receitas (Despesas)				
Operacionais (b)	(349.280)	89.870	(467.549)	-
Resultado Operacional	(291.224)	89.870	(269.547)	171.413
Resultado não Operacional	(37.811)	-	6.392	-

DIRETORIA	
Diretor/Diretores	
Vice-Presidente:	Liping Shang (Diretor Presidente) Yongdong Jiang (Diretor Vice-Presidente) Zhigang Zhu (Diretor Vice-Presidente)
Diretores:	Carlos José Roque (Diretor) Claudio Augusto Rotolo (Diretor)

Contador - Fábio José Mazzetto Said - CRC 1SP264988/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Semestre e Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB, instituído em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil - BACEN e ao estatuto social da Instituição, é composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas: (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis do CCB e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos; e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações contábeis individuais e consolidadas (incluindo o consolidado prudencial) relativas ao semestre e ao ano encerrados em 31 de dezembro de 2020, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição. A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações contábeis da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração também é responsável pela definição e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade adequada e com independência.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da Instituição.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, representantes dos acionistas e com Diretores da Instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com a Administração as recomendações apresentadas pelos Auditores Independentes.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PwC os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações contábeis, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) levantados pela PwC são: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) créditos tributários; e (iii) ambiente de tecnologia da informação. Esses assuntos foram discutidos com os responsáveis pela PwC, assim como outros, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações contábeis. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria do banco e suas controladas.

Tendo em vista a pandemia COVID-19 o Comitê de Auditoria realizou no período suas atividades de maneira remota. O Comitê recebeu informações sobre ações tomadas pela administração para suporte às atividades do CCB Brasil e gestão de riscos.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Instituição.

O relatório do Comitê de Auditoria e este resumo foram aprovados em reunião nesta data.

São Paulo, 25 de março de 2021

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	
Aos Administradores e Acionistas China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.	Créditos tributários (Notas 3(j), 3(m) e 14(a)) - Banco e Consolidado O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Durante o exercício de 2020 foi realizada a baixa dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias para os quais não há expectativa de realização, conforme previsto pela Resolução CMN nº 3.059. Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.
	Ambiente de tecnologia da informação O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações. Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação foi considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.
Examinamos as demonstrações contábeis individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.	Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
	Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
	• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. • Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 25 de março de 2021	
pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5	
Melissa Tuxen Wisnik Contadora - CRC 1SP221490/O-0	